

FEMINISMO ANARQUISTA E FEMINISMO LIBERAL

Romina Akemi e Bree Busk

A NECESSIDADE DE UM FEMINISMO ANARQUISTA

Para responder às crises políticas dos nossos dias, o feminismo anarquista deve ser capaz de se comunicar com conhecimento e convicção. Aqueles de nós que desejam desenvolver esta tendência política devem se situar na história, e aproveitar as lições do passado. Devemos desenvolver novas teorias e testá-las na luta. Devemos construir movimentos de massas e defender o anarquismo a partir deles. Devemos fazer exigências e, nas palavras do anarquista italiano Errico Malatesta, “tomar ou conquistar as eventuais reformas no mesmo espírito daquele que arranca pouco a pouco do inimigo o terreno que ele ocupa, para avançar cada vez mais”.^[1] Devemos nos orientar internacionalmente e nos empenhar na solidariedade com os nossos camaradas globais. Através dessas práticas, o feminismo anarquista pode se tornar uma força política específica, capaz de enfrentar os desafios formidáveis que nos são apresentados pelo capitalismo e pelo Estado. [...]

Tirar o feminismo anarquista de nossos pequenos espaços coletivos e colocá-lo na arena social significa que estamos dispostas a lutar pela sua relevância dentro dos movimentos da classe trabalhadora. Nossas políticas são mais do que ferramentas úteis para administrar nossas vidas pessoais; elas representam os projetos de um mundo pelo qual vale a pena lutar e morrer. [...]

Estamos declarando a necessidade de anarquistas que são feministas e feministas que são anarquistas discutirem e debaterem o que o feminismo anarquista significa na prática, e aprofundarem essa definição por meio de uma luta renovada. Nosso objetivo não é fornecer um guia completo para um novo feminismo anarquista, mas avançar alguns passos para além da vaga política que caracteriza esse momento.

[Temos nos sentido limitadas...] por um movimento anarquista que carece de uma prática feminista relevante e um movimento feminista que declara que a luta coletiva só pode começar quando tivermos purificado a nós mesmas e a todos aqueles com quem nos organizamos. No primeiro caso, nossa política é marginalizada junto com nossas vozes. No segundo, não há espaço para que a educação ocorra na luta. [...]

MAS O QUE É FEMINISMO ANARQUISTA?

[...] O feminismo anarquista é um termo que carece de uma definição clara. No movimento anarquista dos Estados Unidos, ele é empregado de forma tão inconsistente que é difícil compreender seu significado para algo mais do que “trabalho antipatriarcal feito por anarquistas, geralmente mulheres”. Num mundo em que nossos movimentos revolucionários têm ricas histórias em termos de teoria e de luta, não acreditamos que essa definição seja suficiente.

Como o feminismo anarquista carece de uma narrativa de luta coletiva ininterrupta, ele funciona como uma forma “mais ousada” de feminismo, que é mais visível ao confrontar o patriarcado no âmbito da interação interpessoal e pode ser avaliado pela experiência do indivíduo e sua capacidade de se adaptar a comportamentos sociais específicos e estilos de vida restritos. Entretanto, essa falta de história e de especificidade não impediu que indivíduos ou organizações fizessem contribuições políticas significativas em nome do feminismo anarquista. [...]

OS LIMITES DO FEMINISMO ANARQUISTA

O feminismo anarquista não conseguiu desenvolver uma política distinta do feminismo liberal, do feminismo socialista/marxista ou do feminismo radical. Em vez disso, ele expressa uma rejeição à cultura sexista presente nas gerações anteriores da militância política, sem nunca elucidar uma visão positiva de como devemos moldar nossos movimentos ou quais teorias e táticas são mais adequadas aos nossos objetivos.

Sem uma ideologia revolucionária para iluminar o caminho em direção a desafios cada vez maiores frente ao Estado e ao capitalismo, as pessoas nesses espaços ficam com poucas opções a não ser se voltarem para dentro de si mesmas, elevando sua consciência, mas sem um objetivo maior. Ainda assim, há um desejo coletivo no anarquismo de lutar contra o patriarcado.

A todo momento nos dizem que a solução é individual. Mas aqui, nós, anarquistas e aspirantes a feministas anarquistas, concordamos com Carol Hanisch em seu artigo seminal, “The Personal is Political”: “Não há soluções pessoais neste momento. Só existe ação coletiva para uma solução coletiva.” [...]

OS PROBLEMAS DA TEORIA DAS ONDAS

As feministas acadêmicas catalogaram a história dos movimentos feministas nos EUA em três ondas progressivas.

A primeira onda centrou-se na luta pelo sufrágio no início do século XX. A segunda onda, conhecida como movimento de libertação das mulheres, desenvolveu-se nas décadas de 1960 e 1970 em torno da luta pela legalização do aborto e da reivindicação fracassada de uma Emenda de Direitos Iguais (ERA). Por fim, a terceira onda continua a existir como uma crítica à política branca e heteronormativa do discurso da segunda onda, e representa a mudança de uma política baseada em movimentos para uma abordagem mais individual. Como não se fundamenta numa luta específica, as ideias e práticas dessa onda persistem sem uma conclusão clara.

Essa concepção ocidental da história feminista moderna é amplamente compreendida e aceita, mas ainda há muito debate sobre o caráter preciso de cada onda e como elas afetam os feminismos de hoje. Mesmo agora, há uma disputa para definir uma quarta onda em relação à participação das mulheres nas tecnologias emergentes.

Entretanto, como anarquistas e feministas que trabalham dentro de uma tradição revolucionária, não podemos traçar nossa linhagem por meio de formações individualistas, liberais ou acadêmicas do feminismo.

Muitas mulheres anticapitalistas e revolucionárias foram convenientemente deixadas de fora dos textos acadêmicos e de suas histórias. No final do século XIX e início do século XX, as mulheres socialistas tinham pouca relação com o feminismo da primeira onda devido ao seu componente burguês e à sua perspectiva reformista. No Reino Unido, onde o movimento sufragista tinha uma base maior na classe trabalhadora e utilizava táticas mais combativas, houve mais interação política. Os cursos universitários sobre a teoria feminista raramente fazem críticas ao movimento sufragista, o que de fato apaga as atividades dessas mulheres revolucionárias. Em vez disso, comemoram as conquistas da primeira onda e a colocam dentro de uma narrativa de progresso histórico.

Mas será que houve progresso quando as organizadoras brancas pelo sufrágio se recusaram a incluir lutadoras negras pelo sufrágio, como Ida B. Wells? A história do feminismo está repleta dessas contradições que são importantes experiências de aprendizado. Ao buscarmos as palavras e ações a partir das quais construiremos nossa tradição, encontraremos afinidade em locais familiares e improváveis, incluindo as tradições do feminismo marxista e liberal.

A construção de uma tradição histórica feminista anarquista nos fornecerá uma plataforma para avançarmos em nossa própria política, para entendermos nosso trabalho no contexto do que já foi produzido e, então, seguirmos em frente. As feministas anarquistas que buscam reconstruir sua tradição política devem navegar com cuidado e mesmo corajosamente por águas estrangeiras. Nós sempre existimos, mas nem sempre fomos vistas.

FEMINISMO ANARQUISTA? ANARCOFEMINISMO?

Em *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, os autores afirmam: “Admitimos um certo desconforto com a tendência de muitos escritores de rotular as mulheres anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionárias como ‘feministas anarquistas’ ou ‘anarcofeministas’”. [2] Compartilhamos desse desconforto.

Essa prática reflete uma tendência que surgiu entre os historiadores e ativistas da segunda onda, que começaram a procurar mulheres na história. Alguns passaram a rotular retroativamente mulheres fortes e independentes do passado histórico como feministas, reforçando um entendimento ahistórico do feminismo. Além disso, esses escritores e teóricos falharam em apresentar uma análise dialética do feminismo, cujo significado mudou nos últimos 100 anos ou mais.

Durante o movimento feminista da segunda onda nos EUA, houve uma mudança política, pois muitas mulheres socialistas introduziram a ideologia feminista da época em suas visões anticapitalistas e revolucionárias. Embora algumas mulheres socialistas e anarquistas tenham usado o rótulo de feminista no final do século XIX e início do século XX, a grande maioria não o fez. Isso se deveu ao fato de o feminismo ter surgido como um movimento que representava as necessidades das mulheres burguesas e de classe média alta, que queriam ter o mesmo acesso aos direitos de cidadania e às oportunidades profissionais que seus colegas homens.

FEMINISMO: USO RETROATIVO E MAU USO

O debate sobre o uso retroativo e o mau uso do feminismo não é uma disputa mesquinha sobre termos e definições, mas uma questão política importante.

Primeiro, ao não fazer esse debate, colocamos todos os feminismos como parte da mesma família e reforçamos o gênero acima da classe e da filiação política. Em segundo lugar, isso apaga patrimônios políticos por inteiro, especialmente tradições revolucionárias que funcionaram fora das ondas, e às vezes contra elas. A maioria das mulheres socialistas e anarquistas não consegue escapar da classificação feminista que relembra a todos o seu gênero. Além disso, essa prática de encontrar “feministas” na história cria uma falsa consciência feminista, que reforça a noção de que algumas mulheres “não têm consciência” de seu feminismo, enquanto as mulheres que não se enquadram nos comportamentos feministas esperados são rotuladas de “não irmãs” ou de “mulheres patriarcais”. [3] Há algumas mulheres que apoiam o patriarcado, mas a grande maioria precisa negociar e fazer concessões para sobreviver nessa sociedade patriarcal e capitalista.

Por fim, ao não colocar os vários feminismos no seu contexto histórico, o núcleo ideológico do feminismo é suavizado e dispersado, a ponto de deixar de ser uma coleção de teorias e práticas e ser substituído por um sentimento atemporal e transcendente, que até mesmo pessoas como Hillary Clinton podem manifestar. Há uma necessidade urgente de reafirmar o feminismo como uma ideologia política, a fim de reconstruir um movimento no qual as ideias possam ser debatidas e a teoria radical possa florescer como práxis. [...]

NEOLIBERALISMO E FEMINISMO

A década de 1990 assinalou uma mudança política no âmbito da política global, bem como nas organizações anarquistas e feministas. A queda da União Soviética levou à desilusão em massa com a política leninista, mas também foi um momento de reorganização política para o capitalismo global. A falta de um adversário permitiu a expansão das políticas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington.[4] [...] A arena econômica encontrou a arena social quando os ataques às reformas sociais se tornaram necessários para a racionalização dessas políticas.

Nos EUA, houve uma consolidação da ordem econômica neoliberal com a ideologia cristã e evangélica que, por sua vez, produziu as chamadas guerras culturais. Entre outros, Rush Limbaugh, que se tornou uma figura central na década de 1990, usou a teoria da guerra cultural do marxista italiano Antonio Gramsci para reverter os ganhos sociais dos 30 anos anteriores. As feministas não estavam preparadas para esse desafio.[5]

Movimentos sociais de direita, como a Operation Rescue, surgiram nesse período e fizeram da criminalização do aborto sua principal reivindicação.[6] Organizações feministas liberais, como a National Organization for Women (NOW), ofereceram uma resposta mínima e, em vez disso, insistiram na eliminação do uso da palavra “aborto” em sua propaganda. Os elevados custos e a consolidação dos serviços sociais em áreas urbanas significavam que o modelo de clínica privada limitava a disponibilidade dos serviços reprodutivos.

Na década de 1990, as mulheres tiveram pouca escolha, a não ser defender conquistas limitadas.[7] Isso marcou o final de uma etapa ofensiva do movimento das mulheres, que buscava expandir seus direitos e fazia a transição para uma etapa defensiva, que lutava desesperadamente para manter as conquistas da década anterior. [...] No entanto, o declínio dos movimentos sociais capazes de resistir ao neoliberalismo gerou uma tendência à autorreflexão e à criação de projetos com alcance e base social limitada.

Desde a década de 1990, houve uma expansão da teoria feminista e queer nas universidades. Obras como *Problemas de Gênero: feminismo e a subversão da identidade* (1990), de Judith Butler, e *O Feminismo é para Todo Mundo: políticas arrebatadoras* (2000), de bell hooks, tiveram forte influência na política feminista e proporcionaram o reconhecimento da política queer. A academia tornou-se um lugar onde o feminismo poderia florescer, mas este também ficou cada vez mais desconectado das lutas da classe trabalhadora devido ao seu isolamento nas salas de aula.

Nos últimos anos, surgiram movimentos como o Occupy Wall Street e o Black Lives Matter. Embora elementos do feminismo universitário sejam visíveis nas práticas desses movimentos, o efeito foi mínimo. Esse tipo de feminismo não foi projetado para prosperar fora dos muros da universidade. Pode-se atribuir ao feminismo universitário a introdução de algumas ideias feministas na sua corrente principal. Por exemplo, a questão do estupro nos *campi* universitários foi recentemente reconhecida pelo governo Obama e está sendo discutida em muitos dos principais meios de comunicação, proporcionando oportunidades para narrativas radicais, como a conscientização sobre a cultura do estupro e a rejeição da estigmatização sexual de mulheres e das “cantadas”. As novas feministas têm analisado o impacto sistêmico do patriarcado em suas próprias vidas, mas seu enfoque muitas vezes reflete as experiências e demandas de um ator político específico: o estudante universitário. O resultado desse limite é uma cultura que prioriza a ação simbólica e o debate on-line em detrimento da luta coletiva.[8]

A ênfase na experiência individual do patriarcado e nas respostas individuais reflete a profundidade com que a política liberal afetou o ativismo feminista dos EUA. Mas esse foco no indivíduo não leva em consideração as dificuldades mais amplas que as mulheres, os queer, os genderqueer e os transgêneros enfrentam no trabalho e nas comunidades da classe trabalhadora.

Nossa busca por uma prefiguração pura se transformou em uma prática coletiva de hipervigilância, na qual a cultura do escracho surgiu como uma nova estrutura de poder. Ela é mais visível nas comunidades feministas e queer on-line, localizadas em sites de mídia social como o Tumblr. Os chamados “guerreiros da justiça social” geralmente usam a desaprovação pública e a divulgação individual para aumentar sua influência política. Isso reforçou uma abordagem ativista purista, na qual não há diferenciação entre alguém que está tentando entender a terminologia política e os *trolls* chauvinistas e transfóbicos. A diferença entre nós não está na importância da prefiguração, mas na interpretação da prefiguração como um estado de pureza fixa em vez de um ideal que estamos sempre em processo de realização. Nesse meio tempo, o movimento feminista oferece pouca ameaça ao status quo e continua inerte nas águas estagnadas da política liberal.

ROMPER COM O FEMINISMO LIBERAL E CONSTRUIR UMA AGENDA CONCRETA DE REIVINDICAÇÕES

[...] Ao usar a tática especificista da inserção social, podemos implantar nossa política de uma maneira autêntica que tenha a capacidade de se expandir e aumentar à medida que as lutas se cruzem. [...]

Em muitas organizações anarquistas e de esquerda tenta-se expressar solidariedade com a luta contra o patriarcado, demonstrando forte apoio às preocupações e propostas feministas. No entanto, a tática de “votar no feminismo” muitas vezes não tem resultado, devido ao apoio mínimo e/ou à falta de propostas para a implementação de um trabalho interno contínuo, incluindo o fracasso em construir a força social das companheiras mulheres, transgêneros e queer. Precisamos de mais do que um feminismo no papel; precisamos de um compromisso antipatriarcal em nossas atividades internas e externas. [...]

[Conclamamos] a um rompimento com o feminismo liberal, ressaltando a tendência de que o domínio político do feminismo liberal paralise o desenvolvimento da teoria e da prática feminista revolucionária. Queremos ir além das reivindicações defensivas e do autocriticismo que refletem uma luta por migalhas oferecidas pelo sistema. Ao invés disso, queremos redirecionar o fluxo de nossa energia política para a construção de movimentos que partam para a ofensiva. Que, simultaneamente, melhorem nossas vidas diárias por meio de reivindicações sociais, ao mesmo tempo em que prefigurem o tipo de sociedade que desejamos construir.

[...] A reconstrução de um movimento feminista comprometido com a luta contra o colonialismo e o capitalismo patriarcal precisa se envolver com questões sociais mais amplas. Queremos ir além do ciclo do que somos contra, porque há muito que gostaríamos de criar.[...] A seguir, apresentamos uma lista de nossas demandas iniciais:

- Saúde universal.
- Apoio aos direitos reprodutivos e não reprodutivos por meio da criação de clínicas de serviços reprodutivos, sexuais e baseados em gênero, incluindo aborto gratuito sob demanda, em todos os hospitais públicos e em locais geograficamente isolados.
- Apoio a serviços reprodutivos para indivíduos que desejam ter ou adotar filhos. Isso inclui creches comunitárias gratuitas, programas de alimentação

disponíveis na vizinhança e na escola. Esses programas também incentivam a quebra de papéis masculinos de gênero em relação à família e aos cuidados comunitários.

- Serviços para as sobreviventes da violência de gênero, incluindo moradia, terapia e acesso a serviços de saúde mental.
- Serviços de reabilitação para agressores sexuais, incluindo terapia individual e em grupo.
- Que todos os serviços de saúde e serviços relacionados sejam fornecidos com respeito, conhecimento e compaixão àqueles que os procuram, independentemente de gênero, práticas sexuais, tipo de relacionamento ou modelo familiar.
- Licença parental, licença de emergência familiar, direitos e recursos para cuidados domésticos, serviços totalmente acessíveis em casa e em público para pessoas com deficiência.
- Expansão de moradias financiadas pelo governo; acesso a moradias de qualidade que aumentem a capacidade de interações comunitárias por meio de projetos e recursos provisórios que atendam às diversas necessidades e à segurança das pessoas que viverão nelas.
- Controle comunitário de espaços e recursos para melhor atingir as metas da comunidade. É importante que essa organização se origine da organização e das assembleias comunitárias, diferenciadas dos espaços comunitários que fazem trabalhos de caridade que limitam a capacidade autônoma e de auto-organização das comunidades da classe trabalhadora.
- Autonomia total para os povos indígenas e fornecimento de recursos sem custo; após centenas de anos de opressão colonial e exploração de recursos, as comunidades indígenas devem ter controle total sobre suas terras e meios de subsistência. Os recursos necessários para reconstruir suas comunidades da forma que considerarem adequada devem ser fornecidos como compensação mínima. Isso inclui a limpeza dos resíduos de mineração e a devolução das terras roubadas. Há muitas outras demandas apresentadas pelas comunidades indígenas em resistência e todas elas devem ser atendidas.
- A socialização da educação; a expansão da educação para todos e todas (independentemente da idade) como um direito social, em vez de ser tratada como um privilégio.
- Educação sexual, antissexista e interpessoal; abordar a necessidade de um método interdisciplinar de educação que ensine crianças e adolescentes sobre educação sexual e questione as normas patriarcais de gênero; as campanhas de Educação Não Sexista na América Latina e na Espanha oferecem exemplos de como promover e pressionar por um sistema educacional antipatriarcal, anticapitalista e anticolonial.
- Revogação da Lei Taft-Hartley e da Lei Smith-Connally; essas duas leis foram aprovadas na década de 1940 para impedir os avanços e o peso político do movimento de trabalhadores após as campanhas de organização da CIO na década de 1930 e as ondas de greve após a Segunda Guerra Mundial (quando 25% da força de trabalho era sindicalizada). Embora acreditemos que devemos nos organizar independentemente da legalidade que nos é dada pelo Estado, a revogação dessas leis dará à classe trabalhadora espaço para se auto-organizar e fazer greves. Atualmente, essas leis proíbem greves selvagens, boicotes secundários, greves de solidariedade e greves de servidores federais. Além disso, elas permitem que, em tempos de guerra, o governo federal se apodere e controle um setor no qual os trabalhadores ameaçaram uma paralisação ou estejam paralisados.
- Descriminalização do trabalho sexual e apoio à auto-organização horizontal das trabalhadoras e trabalhadores do sexo.

- Que os trabalhadores em situação irregular sejam totalmente protegidos pelas leis trabalhistas americanas e que a promulgação desses direitos não seja punida com deportação; além disso, que as leis sejam ampliadas e que recursos adicionais sejam disponibilizados para lidar com as desigualdades e o assédio no local de trabalho com base no gênero.
- Abolição do casamento sancionado pelo Estado, que busca definir relacionamentos e famílias por meio da concessão de benefícios e da aprovação social.
- Liberdade para todas as pessoas contra a intimidação por meio de ameaça ou uso de violência de gênero; fim das leis, presunções e instituições que perpetuam a dominação e a agressão patriarcal; intervenção imediata para defender as vidas das pessoas que vivem nas interseções de múltiplas opressões, que correm risco desproporcional de sofrer violência ou morte.

NOTAS:

1. Errico Malatesta, “Reformism”, *Life and Ideas: The Anarchist Writings of Errico Malatesta* (Oakland: PM Press, 2015).
2. Lucien van der Walt e Michael Schmidt, *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism* (Oakland: AK Press, 2009), p. 23.
3. Susan Faludi, “The Death of a Revolutionary”, *The New Yorker*, 15 de abril de 2013.
4. Veja John Williamson, “A Short History of the Washington Consensus”.
5. Charlie Bertsch, “Gramsci Rush: Limbaugh on the Culture War”, *Bad Subjects*, 1994.
6. Isabel Wilkerson, “Drive Against Abortion Finds a Symbol: Wichita”, *New York Times*, 4 de agosto de 1991.
7. Molly Redden, “The War on Women is Over-And Women Lost”, *Mother Jones*, setembro/outubro de 2015.
8. Um dos principais debates que ocorrem nos *campi* universitários é sobre o uso de avisos de gatilho. Veja: Rani Neutill. “My trigger-warning disaster: 9 1/2 Weeks”, “The Wire and how coddled young radicals got discomfort all wrong”, *Salon*, 28 de outubro de 2015.

*** Este texto foi composto com trechos do texto “Quebrando as Ondas: questionando a tendência liberal no feminismo anarquista”; seleção e subtítulos da OSL.**



Este texto é parte do Programa Mínimo de Formação da OSL